

**A Cabanagem:
A “guerra de castas” amazônica e algumas perspectivas comparativas (1820 – 1835)**

**A CABANAGEM:
A “GUERRA DE CASTAS” AMAZÔNICA E ALGUMAS PERSPECTIVAS
COMPARATIVAS**

**THE CABANAGEM:
THE AMAZONIAN “CASTE WAR” AND SOME COMPARATIVE
PERSPECTIVES**

**EL CABANAGEM:
LA “GUERRA DE CASTAS” AMAZÓNICA Y ALGUNAS PERSPECTIVAS
COMPARADAS**

100

Mark Harris¹

Resumo

Em 7 de janeiro de 1835, um grupo de proprietários de terras, artesãos, soldados e camponeses invadiu Belém, capital da região amazônica. Conhecida como Cabanagem, essa rebelião ocorreu durante um período de convulsão social não apenas no Pará, mas também no Brasil. A capital voltou às mãos imperiais em 13 de maio de 1836, mas, os rebeldes mesmo perdendo gradualmente cidades e acampamentos rurais fortificados, nunca foram derrotados militarmente, até que uma anistia geral foi concedida a todos os rebeldes pelo imperador Pedro II em julho de 1840. A Cabanagem foi uma aliança ampla e frágil entre várias classes e grupos étnicos, e envolveu povos indígenas, com diferentes interesses e dimensão internacional. As ideias liberais radicais reuniram aqueles que viviam em distritos rurais e urbanos e apelaram às animosidades de longa data contra o controle distante por parte de estranhos, ao uso inconsistente da lei para proteger todas as pessoas e aos regimes de trabalho obrigatório que afastaram as pessoas das suas famílias e terras. A pacificação violenta da região foi justificada pelo retrato do movimento como uma guerra racial, dominada por “pessoas de cor” incapazes de se governarem a si próprias.

Palavras-chave: Amazônia, independência, povos indígenas, camponeses, terra.

Abstract

On 7th January 1835 a group of landowners, artisans, soldiers and peasants stormed Belém, the capital of the Amazon region. known as the Cabanagem, this rebellion occurred during a time of social upheaval in not just Pará but also Brazil. The capital reverted to imperial hands on 13th May 1836; however, ethnic and class alliances changed, and the battles continued for four more years. While rebels gradually lost towns and fortified rural encampments, they were never defeated militarily. Organised attacks continued until a general amnesty was granted to all rebels by Emperor Pedro II in July 1840. The Cabanagem was a broad and fragile alliance between various classes and ethnic groups, and involved indigenous people, composed of different interests with an international dimension. Radical liberal ideas brought together those living in rural and urban districts and appealed to long-standing animosities against distant control by outsiders, the inconsistent use of the law to protect all people, and compulsory labour regimes that took people away from their families

¹ Professor da Universidade de Adelaide, Austrália. E-mail: mh25@st-andrews.ac.uk

A Cabanagem: A “guerra de castas” amazônica e algumas perspectivas comparativas (1820 – 1835)

and lands. The violent pacification of the region was justified by portraying the movement as a race war, dominated by ‘people of colour’ incapable of ruling themselves.

Keywords: Amazon, independence, indigenous people, peasants, land.

vResumen

Después de un intento fallido de tomar Belém, capital de la provincia amazónica de Gran Pará, un grupo de propietarios, artesanos, soldados y campesinos planearon otro ataque durante la festividad de São Tome, santo patrón de los indígenas. Temprano por la mañana del 7 de enero de 1835, los rebeldes irrumpieron en la capital, asesinaron al presidente regional, a su ayudante y a algunos comerciantes portugueses, y abrieron las cárceles. Así comenzó la rebelión que ahora se conoce como la Cabanagem. Para entonces, la Cabanagem se había convertido en una frágil pero amplia alianza compuesta por grupos con intereses diferentes y con una dimensión internacional. Las radicales ideas liberales habían unido a aquéllos que vivían en distritos tanto urbanos como rurales, reavivando antiguos resentimientos contra el control del territorio por forasteros que residían en tierras lejanas, la justicia arbitraria y la explotación económica. Sin embargo, la administración regente temía la desmembración del nuevo Brasil independiente. La violenta pacificación de la región se justificó con una representación de la Cabanagem como una guerra de razas o de castas, una rebelión dominada por “gente de color” incapaz de gobernarse a sí misma.

Palabras clave: Amazonía, independencia, pueblos indígenas, campesinos, tierra.

INTRODUÇÃO

Neste artigo, minha pergunta principal é: “A cabanagem foi mais que uma revolta liberal da regência?”. Para desenvolver minha resposta vou tocar em assuntos pouco trabalhados na historiografia da Cabanagem: Como os indígenas interpretaram as transformações políticas nacionais? E como os rebeldes se percebiam? Daí, vou tentar fazer uma comparação da Cabanagem com as outras revoltas contemporâneas na América Latina. Enfocando também sobre o valor de uma interdisciplinaridade para entender a perspectiva que adotei aqui.

Desde os primeiros movimentos para a independência em 1820, quando o Pará foi a primeira província a apoiar os apelos por reformas políticas em Portugal, houve batalhas entre legalistas portugueses e patriotas brasileiros em Belém. Eles lutaram pela eleição do presidente e do vice-presidente da província, pela acesso às riquezas amazônicas e pela exigência de igualdade jurídica. Estas lutas e posições populares e violentas mudaram tão rapidamente como as correntes de um rio inundado. Simultaneamente, houve outras lutas que deveriam ser vistas como parte de dois séculos de presença colonial na Amazônia: o saque de aldeias e fazendas por “nações” indígenas e a fuga de escravos de seus senhores. A Cabanagem foi uma confluência desses diferentes fios de resistência e revolta em um longo episódio. Cada pessoa, homens e mulheres, queria ser uma parte igual da nova nação. Os marginalizados consideravam que a independência era para todos, não apenas para os brancos e os ricos. Afinal, os povos indígenas e os escravos sofreram nas mãos dos portugueses mais do que qualquer outra pessoa.

A Cabanagem: A “guerra de castas” amazônica e algumas perspectivas comparativas (1820 – 1835)

A Cabanagem ocorreu durante um período de ruptura e incerteza: o monarca português, Pedro I, que levou o Brasil à independência de Portugal, abdicou em 1831 em meio a uma onda crescente de liberalismo radical e ataques virulentos ao povo português no Brasil. Seu filho era muito jovem para governar, então uma administração regencial foi criada. Nos quatro anos seguintes, foram introduzidas novas leis que deram mais poder às províncias. Na década de 1830, revoltas significativas ocorreram não apenas no Pará, mas também noutras províncias do norte: Pernambuco (a Cabanada); Maranhão (a Balaiada) e Bahia (a Sabinada e a revolta dos escravos muçulmanos de 1835); e no extremo sul do Brasil (a Farroupilha). Ainda assim, a Cabanagem foi a mais difundida geograficamente e a mais intensamente combatida. De um modo geral, estas rebeliões questionaram o controle central do Rio de Janeiro e desafiaram a exclusão popular da política e da nação, a apropriação de terras pelas elites, a escravatura e a monarquia. Desde então, os historiadores têm investigado a natureza nacional do colapso político.²

A historiografia da América Latina sobre as interpretações indígenas da construção da nação, da organização econômica e social do campesinato e das estruturas agrárias nessas regiões ajudou a aguçar as questões emergentes no Grão Pará.³ Em todo o continente, no século XIX, houve um envolvimento em massa com o liberalismo e uma elite faccionada que mobilizou apoiadores em vários tipos de alianças. Como é que os camponeses e os indígenas se envolveram com os sistemas estatais centrais? Qual foi a resposta das elites e como mudou a sua própria formação de classe ao longo do século?⁴ Um estudo recente argumentou que o fim violento e repressivo da Cabanagem desempenhou um papel crucial no estabelecimento do novo Estado-nação de um Brasil independente (KERNAN, 2013).

Para entender a Cabanagem é preciso considerar suas raízes na ordem colonial, em particular a composição étnica da Amazônia. Na virada do século XVIII, os indígenas aldeados foram declarados legalmente “mortos” e não mais sob a tutela do Estado secular. Novas políticas foram implementadas para promover uma classe de trabalhadores e artesãos semiautônoma que podemos chamar analiticamente um tipo de campesinato. Coletivamente, essas pessoas eram conhecidas como gente de cor, uma categoria vernácula e não legal ou administrativa usada pelos brancos e ocasionalmente como um termo de autodenominação (por exemplo, durante a Cabanagem). Havia muita ambiguidade sobre se o termo incluía africanos escravizados. A categoria de gentio continuou a ser utilizada, referindo-se aos indígenas que permaneceram à margem da vida colonial e imperial, às vezes com pouco contato, mas ainda afetados por ela.⁵ O uso dessas categorias no Brasil tem variações regionais, resultados de histórias locais e de diferentes regimes administrativos. Por exemplo, os Munduruku estavam oficialmente em paz com a Coroa Portuguesa desde 1796 e alguns viviam em aldeias

² Veja por exemplo, HANDELANN (1931 [1860]); PRADO (1976); COSTA (2000); FAUSTO (2001).

³ Ver em relação aos Andes: STERN (1987); e para o México: KATZ (1989); e de uma forma mais geral: LARSON (2004).

⁴ Ver JANCSÓ (2003; 2005); Para estudos sobre a independência nas províncias, ver: ASSUNÇÃO (1999); MOSHER (2000); KRAAY (1992).

⁵ Para uma discussão semelhante sobre a “morte” legal dos índios no México e nos Andes, ver GRUZINSKI; WACHTEL (1997).

A Cabanagem: A “guerra de castas” amazônica e algumas perspectivas comparativas (1820 – 1835)

no rio Tapajós. Eles permaneceram gentio do ponto de vista dos oficiais militares locais, mas de acordo com o estado eram indígenas aliados e não mais na fronteira da vida colonial. Estudos argumentam que há confusão sobre o uso de categorias no Brasil do século XIX, decorrente da existência e interpenetração de vários regimes classificatórios: administrativo, baseado no costume, regional, nacionalista e literário.⁶

Apesar da complexidade dessas categorizações, houve uma diminuição do movimento de pessoas através das fronteiras étnicas e das categorias oficiais à medida que o século XIX avançava. A primeira parte do século (1800-1840) deve ser vista como uma transição das contingências e misturas da política e prática colonial para a imposição do controle político central, num país recentemente independente, e o endurecimento das categorias de classe e das fronteiras étnicas. O resultado foi que, em meados do século XIX, o tráfico entre os povos anteriormente conhecidos como indígenas aldeados e os indígenas nas aldeias ribeirinhas tornou-se, em termos práticos, intransponível. O que antes era um elo movimentado para a troca de produtos comerciais e o contato com indígenas no sertão para trabalho remunerado foi efetivamente interrompido. No entanto, alguns destes indígenas aldeados continuaram a identificar-se como “indígenas”, como veremos. Certamente as elites brancas os trataram tão mal como sempre. Quando em aliança com os não indígenas, eram ‘gente de cor’. Como tal, houve muita mudança entre categorias impostas e aquelas que eram localmente significativas para diferentes grupos étnicos.

Essa mudança é específica da Amazônia brasileira. Embora represente pelo menos metade do território do Brasil, a Amazônia sempre foi um espaço marginal em relação ao resto do país. Vários elementos, como o ambiente ribeirinho e florestal e a maior participação indígena, contribuíram para esta alteridade histórica (tanto na imaginação como na realidade). Nunca sendo capaz de desenvolver uma economia de *plantations*, a Amazônia permaneceu dependente do trabalho indígena e escravo e do conhecimento para extrair os numerosos produtos para consumo local e exportação (por exemplo, cacau, arroz, café, peixe). Como resultado, as elites nunca se tornaram suficientes fortes ou grandes para consolidar a sua posição. A independência ofereceu-lhes uma oportunidade para o fazer; eles procuraram mobilizar e armar apoiadores e aliados. A minoria portuguesa continuou a ser uma presença teimosa e poderosa, frequentemente apoiada pelos conservadores brasileiros que temiam o que poderia acontecer se os indígenas, e outros indesejáveis, recebessem respeito e sentissem o poder. Por um lado, é impossível encontrar neste período linhas claras entre o popular e a elite, e o português e o brasileiro. Esta imprecisão torna difícil sustentar a caracterização da Cabanagem como uma guerra de raças ou castas. Mas foi assim que foi entendido na época e como ainda é percebido por alguns. Por outro lado, havia divisões políticas e económicas que significavam que qualquer plataforma política partilhada seria frágil.

PORQUE A QUESTÃO ÉTNICA É IMPORTANTE NA CABANAGEM

A Cabanagem tem relevância para historiadores e antropólogos por vários motivos. Em primeiro lugar,

⁶ CUNHA (1992).

ela ilumina as razões políticas pelas quais diferentes povos se engajaram em uma luta conjunta. Em segundo lugar, a rebelião e sua repressão marcaram uma ruptura no desenvolvimento regional. Depois dela, a Amazônia se estruturou internamente com mais rigidez, com maior controle por parte do centro do império no Rio de Janeiro, e tornou-se sujeita à demanda externa por borracha, vinda em conjunto com a abertura para navios estrangeiros e as reformas de mercado. No entanto, a forma de vida surgida no final do período colonial continuou importante para a continuidade dos modos de vida e da economia dos ribeirinhos, que se aproveitavam da hidrografia, móvel, diversa e flexível, e se mudavam constantemente entre as áreas urbanas e rurais. Em terceiro lugar, a natureza tendenciosa das fontes documentais – em sua maioria produzidas pela elite – deixa claro que há muitas lacunas em relação à história da rebelião. Por que, para ficar em um pequeno exemplo, as roupas e chapéus dos rebeldes eram pintadas com urucum (e muruci segundo os relatos)?⁷ Está claro que é necessário um esforço conjunto entre historiadores e antropólogos para responder a esta questão e a muitas outras.

Uma questão antropológica fundamental, que predominou nos estudos amazônicos desde a década de 1940 é a característica de mistura cultural na região. Embora tenha sido contextualizada em termos de aculturação, a questão tem sido amplamente abordada de forma a-histórica. Ou seja, as formas de *mélange*, para usar uma frase de Gruzinski (2003), não estão relacionadas com situações detalhadas e localizadas; e assume-se que um valor ou uma habilidade particular tem conexões intrínsecas com a identidade étnica. Embora completamente desacreditada, essa perspectiva ainda resulta em um abismo crescente entre antropólogos e historiadores, e entre aqueles antropólogos de povos indígenas que adotam uma “abordagem culturalista” e outros que tendem a uma abordagem “materialista”. Embora haja boas razões para cada uma dessas diferentes abordagens, elas também dão a impressão falsa de que os vários habitantes da Amazônia não podem partilhar uma explicação histórica única e uma plataforma partilhada de entendimento sobre a complexidade da região. Há, portanto, um presentismo que obscurece as histórias comuns e os horizontes partilhados daqueles que viveram e vivem na Amazônia. Uma das tarefas centrais para a etnohistória amazônica é o exame crítico dessas ideias preconcebidas e uma abordagem nova sobre as relações e os movimentos entre diferentes grupos étnicos ao longo do tempo e suas interações.⁸ Uma etnohistória desse tipo pode unir antropólogos e historiadores e revelar as conexões entre sociedades contemporâneas indígenas e não-indígenas. Além do mais, como é possível para povos que até o começo do século dezenove não reconheciam sua ancestralidade nativa começar a demandar uma identidade desse tipo no final desse mesmo século? Uma perspectiva etnohistórica pode mostrar que essa mudança é parte de uma história mais ampla de adaptação e ajustamento às pressões coloniais e do início do período pós-colonial. Motivos específicos e seus

⁷ Urucum é uma planta que possui propriedades condimentares e tintoriais. No caso aqui referido era usado para tingir de vermelho a indumentária. O murici é o nome de um fruto, mas também da casca da árvore do murici se extrai um corante para tingir tecidos.

⁸ Ver Nugent (1993); Sommer (2000); Roller (2014).

A Cabanagem: A “guerra de castas” amazônica e algumas perspectivas comparativas (1820 – 1835)

ajustamentos a poderosas forças externas devem ser considerados nessa explicação.⁹

Tomemos o exemplo dos chapéus e roupas vermelhas. Muitos relatos de observadores da Cabanagem dão conta de que os rebeldes vestiam vermelho para se diferenciar do preto utilizado pelas tropas imperiais (embora, na realidade, a falta de uniformes fazia com que poucos soldados os vestissem). É sabido que, à época, a cor vermelha remetia à ideia de revolução (o barrete frígio, ou barrete da liberdade, francês). No Brasil, era a cor usada por portugueses aliadas a Pedro I (absolutistas) que queriam demonstrar apoio ao retorno de Pedro I ao país após sua abdicação em 1831 (RICCI, 2006). E na Amazônia, o missionário jesuíta João Daniel escreveu em 1750 que os indígenas, nas poucas ocasiões em que estavam vestidos (provavelmente forçados em missões), costumavam vestir camisas e saias vermelhas coloridas com urucum (2004, p. 273). Essas práticas e associações podem ter igualmente se tornado conhecidas naquela época. Qual delas influenciou os rebeldes? Nesse ponto, uma parceria entre um tipo interno de perspectiva etnográfica (êmico) e um arquivo externo (ético) pode fornecer uma resposta. Embora eu não tenha chegado a uma conclusão, o argumento que venho trabalhando é que o vermelho usado pelos ameríndios aparecia em histórias orais e que ele foi retomado pelos rebeldes tivessem eles antepassados indígenas ou não. Ao mesmo tempo, essa importância local atribuída ao vermelho deve ter sido aumentada pelo significado revolucionário da cor.

Exploremos um pouco mais essa questão através do problema da 'tradução étnica'. Embora a Amazônia tenha passado por sucessivas fases da conquista europeia, há algumas continuidades entre elas. As formas de vida econômica e social atreladas ao rio e a seus ritmos garantiram a continuação de algumas de suas características. Habilidades envolvidas com a construção de embarcações e navegação, e conhecimentos sobre a localização dos produtos naturais e suas variações sazonais, por exemplo, sempre garantiram importância aos indígenas e àqueles que trabalhavam próximos aos rios e suas margens. Essa importância certamente ajudou alguns indígenas a ganharem influência política no mundo colonial (SOMMER, 2000).

No entanto, em termos de estrutura e organização social, as sociedades indígenas amazônicas não permaneceram coesas na mesma forma que antes de invasão europeia. Aqueles que viviam ao longo do tronco principal do Amazonas, incluindo os rios Solimões e Negro, e próximos às bocas de seus tributários, foram dizimados por doenças, guerra e escravidão ao longo da metade do século dezoito. Os sobreviventes foram deslocados para missões distantes. Nos rios tributários mais acima as coisas eram um pouco diferentes. Do outro lado da fronteira colonial, sociedades indígenas foram afetadas e interagiram com o processo de colonização, mas conseguiram permanecer no território ameríndio fora do controle colonial. Mas, isso significou que os indígenas lutaram entre si, incorporaram inimigos como escravos, renomearam-se,

⁹ Por exemplo, Ricci (2006) defende uma compreensão revisada da Amazônia brasileira com base não apenas nas referências internas, mas também nas internacionais. Longe de ser um remanso sonolento e subdesenvolvido, o lugar, especialmente em torno de Belém, estava vivo e tornou-se cosmopolita com diversos europeus e americanos, conservadores e insurrecionais, comerciantes e artesãos.

A Cabanagem: A “guerra de castas” amazônica e algumas perspectivas comparativas (1820 – 1835)

conquistaram-se e assim por diante.¹⁰

Assim, o impacto da conquista sobre os povos indígenas na Amazônia contrasta com o que ocorreu nos Andes, em especial com a forma pela qual pesquisadores contemporâneos abordam a história andina traçando uma grande linha do tempo que liga o período anterior à colonização europeia com os dias atuais (HECKENBERGER, 2008). De acordo com Thomas Abercrombie, a questão central para os “etnógrafos dos Andes é reconciliar o passado pré-colombiano com o presente pós-colonial” (ABERCROMBIE, 1998, p. xvii).¹¹ Eu diria que uma questão semelhante para os etnohistoriadores da Amazônia seria focalizar a atenção para as continuidades e rupturas entre pessoas e lugares, (o que também se aplica aos Andes). Como indivíduos foram forçados a se deslocar, ou escravizados, ou voluntariamente se desarticularam através da fronteira colonial? Que identidades, habilidades e conhecimentos levaram consigo? Como suas novas experiências reconfiguraram e reconstituíram velhos valores e motivações? E como o desenvolvimento de significados foi conformado pelas estruturas coloniais e suas formas de dominação? Na história da Amazônia essas traduções entre situações distintas eram de importância fundamental para sobreviver e lutar no mundo colonial. Não havia fronteiras claras ou fixas entre tipos de pessoas – era como se o rio tivesse colocado todas elas juntas e as misturado em diferentes graus e tipos de misturas.

O que a resistência anticolonial significou para os indígenas?

Pouco se sabe o que os indígenas associados a cada lado da divisão porosa entre colonial/nacional pensavam sobre a independência ou a Cabanagem. Uma carta de uma aldeia localizada nas brancas margens arenosas do rio Tapajós nos fornece algumas pistas importantes. No documento, o conselho municipal, que era predominantemente indígena, apoiou a independência e a esperança de que ela levaria à liberdade e à igualdade. Eles também se queixaram ao governador sobre um evento ocorrido em junho daquele ano (1824). Alguns indivíduos naquela aldeia estavam ameaçando matar “europeu”. Em razão disso, a vila recebeu uma visita de um navio armado de Santarém, que bombardeou a aldeia. Mas, de acordo com o conselho, os rebeldes já haviam deixado o lugar, o que tornava o ataque sem sentido. Os moradores foram forçados a se refugiar na floresta, retornando uns dias depois e encontrando a vila saqueada pelo exército. A carta foi redigida em tom formal e duro, exigindo ressarcimento pelos danos. Outra demanda foi feita ao mesmo tempo – uma petição, mas com um tom muito diferente. Era escrita com a mesma letra utilizada na carta do conselho, mas era muito mais coloquial, como se o escrivão tivesse sido orientado a escrever as palavras exatamente como estavam sendo ditas:

Nos abaixo assignado fazemos ver aos Illustrisimos Senhores do Governo Geral, q’ esta Vila sempre anda huns pocos de annos muito pobre, e como sabemos, o q’ nos recommenda o nosso Amabelissimo Imperador o Senhor D. Pedro Primeiro, para q’ nos enteresse nos Negocios, e Lavouras motivo para q’ queremos q’ o arrecadador dos Dizimos queremos de hoje para diante q’ seja filho da terra, e nao Contratador, q’ nao faz senao roubar promiscuamente de viuvos, e viuvos q’ tudo o anno levaro a dar

¹⁰ Ver, por exemplo, Menendez (1992) escrevendo sobre a região Tapajós/Madeira, no médio Amazonas.

¹¹ Ver também Larson (2004, pp. 14-17) para uma crítica dos legados andinos.

A Cabanagem: A “guerra de castas” amazônica e algumas perspectivas comparativas (1820 – 1835)

Dizimos, e sempre fiquemos a dever; outro sim sempre está este Camara a receber officios da Vila de Santarem para dar-çe Indios para elles servirem-ce com os dois pois asim perde muito a Vila pois a Liberdade veio para tudo aquelle q’ for filho do Brazil. e aquelles q’ digo nao aos Europeus dizendo q’ defendem a Patria tudo hé para inganar aos filhos da terra (CONSELHO DO ALTER DO CHÃO A GOVERNO GERAL DO PARÁ, 5 de julho de 1824).

Os peticionários, então, explicaram que eles haviam prendido dois comerciantes europeus que não haviam trazido uma lista de encomendas pedidas pela aldeia:

Pois se asim obramos há’ pella razao delles nao fazerem sinao amiassar dizendo q’ sumos Macacos, e Araras, pois nos q’ temos a Liberdade do Nosso Augusto Imperador de podermos falar quando ellez pello contrário q’ a Independência q’ he delles, e não para os Indios, pois nos apesar de seremos Indios sempre somos Baptizados taobem como ellez pois de hoje para diante deregimos alcanssar de V. Excellencias huma ordem para q’ elles nao contendao com este Vila (CONSELHO DO ALTER DO CHÃO A GOVERNO GERAL DO PARÁ, 5 de julho de 1824).

A petição foi assinada por trinta pessoas. Os sobrenomes eram os mesmos daqueles dos cinco vereadores da primeira carta. Podemos supor que a câmara municipal era composta pelas mesmas famílias daqueles que estavam escrevendo a segunda carta. Há alguns desdobramentos importantes disso.

Esses acontecimentos nos oferecem uma porta de entrada para o que os indígenas vivendo no interior estavam pensando no período da independência e, por essa razão, são bastante significativos, dada a ausência de documentação sobre outros lugares. Parece que eles também apoiavam a declaração de independência, por terem sido trapaceados por forasteiros por muitos anos. Finalmente, eles tinham a oportunidade de influenciar pessoas que deveriam compreender melhor seus interesses. Conseqüentemente, vem o apelo à mudança da pessoa que calculava dízimos, revelando a dimensão agrária do conflito. No mesmo sentido, havia a reclamação, repetida em muitos outros locais, que os indígenas eram vistos como uma fonte sem fim de mão-de-obra barata. Eles reivindicavam que deveriam se tornar livres dos laços coloniais (incluindo o recrutamento e o trabalho forçado) e que pudessem trabalhar em suas terras de modo a pagar seus impostos ao Imperador.

Um outro elemento importante é a diferenciação que os escritores da petição fizeram entre os europeus e aqueles que pensam que a independência é apenas para eles. Isso indica que havia alguns brasileiros não-indígenas que não consideravam os indígenas como brasileiros, mas como uma classe à parte que fornecia serviços para outras partes e que não tinha direito a nada. Do ponto de vista dos indígenas, eles estavam certos de que eram nativos e brasileiros, eram parte da igreja católica, e que tinham direitos perante o Estado, uma vez que pagavam impostos, identificados com o imperador. E como eles, assim como qualquer brasileiro, eram “filhos da terra”, eles tinham uma identidade comum. É provável que as atitudes manifestadas aqui fossem difundidas nessa época. Na ausência de mais evidências, não seria descabido estabelecer uma ligação entre o

conflito violento nas vilas do Baixo Amazonas com o sentimento de insatisfação causado pela pressão constante sobre a mão-de-obra e a falta de garantias e cumprimento em relação à liberdade e à independência. Se o governante não agisse, os indígenas agiriam.¹²

COMO OS REBELDES SE PERCEBIAM?

Embora existam documentos escritos pelos presidentes dos rebeldes no Arquivo do Estado em Belém, uma das principais fontes de informação da autopercepção dos cabanos são suas declarações e pronunciamentos oficiais. Mas elas não são abundantes: eu coletei cerca de trinta delas abrangendo os quinze meses de governo rebelde na província. Com exceção de duas, elas foram imprimidas e emitidas em Belém. Razão pela qual, elas fornecem uma perspectiva metropolitana e predominantemente liberal. No entanto, o liberalismo cabano mudou ao longo da rebelião e as elites liberais abandonaram a luta dos rebeldes e passaram a apoiar a repressão imperial. Além disso, o liberalismo tinha menos força fora da capital, assumindo uma dimensão mais do local e cultural.

Agora vou me concentrar nos termos utilizados pelos rebeldes para se referir a si mesmos. A maioria das suas primeiras declarações se iniciava com: “Paraenses!”, isto é, povo do Pará; cidadão, e patriota ou patricio. Outro termo que indicava a dimensão anticolonial é o termo *filho da terra*, que significa alguém nascido e criado em sua pátria. O fato de alguém ser “da terra” criava uma forte legitimidade de participação no futuro político e econômico da região.¹³

O terceiro presidente, Eduardo Angelim, emitiu mais declarações e usava mais variações em suas descrições, nas quais o povo do Pará é visto como “defensores da liberdade e da pátria” e os guerreiros como “irmãos unidos”. Muito embora o Pará fosse a pátria mais direta, o Brasil era terra deles também e deveria ser defendido contra a tirania portuguesa. Além disso, ele usou a frase “gente de cor” quando disse que ela não seria excluída do governo com base em sua etnicidade ou ancestralidade. O uso do termo *gente de cor* neste contexto reconhecia a aliança entre pessoas de diferentes procedências étnicas e também incluía potencialmente escravos, embora essa ainda seja uma questão em aberto.

No interior, um conjunto similar de termos era utilizado. Por exemplo, as pessoas do acampamento rural fortificado construído em 1835 próximo a Santarém, que se chamava Ecuipiranga, ao lado do rio Amazonas e que abrigava cerca de 2000 soldados rebeldes e suas famílias, se intitulavam *Forças dos Brasileiros Reunidos*.¹⁴ Esta autodescrição indicava sua lealdade a um Brasil independente e sua antipatia em relação àqueles que prejudicavam o bem-estar do país através da exploração e do domínio ilegítimo. Além disso, o termo “reunidos” indicava claramente a congregação de interesses por trás do movimento. Era possível

¹² Sobre esta perspectiva ver: Barriga (2014).

¹³ Ou seja, nesses textos oficiais não houve expressão de desejo de separação do resto do Brasil e nem desejo de acabar com a monarquia. Em vez disso, queriam eleger os seus próprios líderes e colocar fim à exploração e ao abuso da lei (RAIOL, 1970).

¹⁴ Ver Raiol (1970).

A Cabanagem: A “guerra de castas” amazônica e algumas perspectivas comparativas (1820 – 1835)

juntar pessoas de diferentes tipos e organizar uma luta coletiva.

No entanto, a interpretação que eles faziam dos direitos constitucionais era um pouco diferente das interpretações das elites paraenses e do governo imperial do Rio. Em especial quanto aos métodos de escolha dos funcionários do governo (HARRIS, 2010). Por quê? A resposta para isso é que o liberalismo dos rebeldes surgiu de um modo de vida ligado ao rio, fundamentado em uma variedade de habilidades e na mobilidade sazonal, e também ligado a um sentimento de opressão de longa data.

Algumas características sobre a complexidade e a influência amazônica no liberalismo cabano podem ser vistas a seguir, onde uma referência singular nos dá pistas sobre o descompasso entre os discursos populares e os discursos liberais da mesma época. Alguns minutos antes de ser declarado o novo presidente da província do Pará, em Agosto de 1835, Eduardo Angelim dirigiu a palavra à multidão que se recuperava da sangrenta batalha que resultou na retirada das forças imperiais da capital. Angelim começou se referindo à multidão ali reunida como “Corajosos Paraenses, valentes Defensores da Pátria e da Liberdade! Depois de nove dias de fogo mortífero com outras tantas noites, estamos senhores da famosa Belém, capital da província!”. Ao invés de dizer que ele era um revolucionário – que é como os historiadores retrataram-no – Angelim chama o presidente imperial imposto de “rebelde”, já que ele não havia sido escolhido pelo povo. “Seja cada um de vós um pai, um protetor da inocência desvalida! Procedendo assim bem teremos merecido da pátria e das gerações futuras”. Ele terminou seu discurso com um comentário sobre a boa liderança. “Em breve”, ele prosseguiu, “teremos que aclamar um presidente que mereça a nossa estima, confiança e respeito. Dignos chefes de tôdas as colunas, vós todos sois merecedores dos maiores louvores e elogios pelo vosso valor, firmeza de caráter e lealdade”. E sua última frase evocou duas figuras do passado: “Vivam os descendentes dos Ajuricabas e Anagaíbas! Vivam os paraenses livres! Viva o Pará!”¹⁵

Esse apelo a duas lideranças indígenas de mais de cem anos antes é excepcional. Consciente de que era preciso um novo presidente, ele se colocou em uma tradição oral de resistência contra a opressão colonial que seria bem aceita, “pegaria bem”, pela multidão. Uma continuidade direta estava sendo estabelecida entre os insurgentes do passado e as ações do presente. Ambos os grupos estavam lutando contra o mesmo tipo de inimigo – tirânico, abusivo e despótico. Não há outras menções a esses indígenas insurgentes em outras declarações impressas de Angelim. O objetivo, no entanto, era claro: ela tornava legítimo o conflito vigente ao colocá-lo em uma tradição de luta por liberdade, que era mantida viva nas tradições orais do povo do Pará. A existência dessa poderosa tradição oral de resistência anticolonial na década de 1830 deve ter sido extremamente ameaçadora para a administração da província. Como Angelim sabia desta tradição oral?

É possível que Angelim tenha lido os relatos sobre Ajuricaba (ou que alguém tenha lido para ele), uma vez que naquela época existiam ao menos dois relatos sobre ele. Um deles data de 1777 e tentava reconstruir

¹⁵ Todo o discurso está reproduzido em Raiol (1970, pp. 925–926); também reproduzido em Alves Filho (1999, pp. 195–198).

A Cabanagem:

A “guerra de castas” amazônica e algumas perspectivas comparativas (1820 – 1835)

a reputação de Ajuricaba como um herói anticolonial.¹⁶ Obviamente, Angelim nunca teria evocado os nomes desses heróis culturais se eles não tivessem impacto sobre seu público. É provável, então, que tais lutas do passado, heroicas ou não, sangrentas ou não, eram uma parte viva da cultura popular. Essa tradição deve ser interpretada como caracteristicamente amazônica mais do que como parte de um discurso nacional associado com o sentimento antiportuguês (lusofobia ou nativismo). Em resumo, um acúmulo de memória e experiência foi introduzido na Cabanagem e a distinguiu do discurso político liberal.

Além disso, Angelim era versado na política liberal, tendo participado de ataques e petições anteriores contra o governo na década de 1830. As referências iniciais ao “merecido da pátria e das gerações futuras” e à liberdade que aparecem em seu discurso vêm do pensamento liberal. As características dos líderes – corajosos, fortes, e leais – tornavam-se localmente significativas ao estabelecer uma ligação entre aqueles que se identificavam com as lideranças indígenas passadas, que haviam liderado seu povo contra os portugueses. Seu grande sucesso pode explicar por que Angelim foi capaz de comandar a quinta mais importante cidade do Brasil de agosto de 1835 a maio de 1836.

CASTA E A REPRESSÃO

Deve ficar claro que a Cabanagem foi integrada por um grande número de pessoas de vários tipos que encontraram um ponto em comum para lutar em conjunto. Então, como a rebelião tornou-se aos olhos das elites brasileiras uma guerra de castas, com indígenas confrontando brancos em uma luta até a morte?

A resposta pode ser encontrada na forma com a qual os representantes do império suprimiram a rebelião, através de táticas e ideologia de convencimento. A noção de guerra de ódio racial se originou fora da Amazônia, em uma discussão continental sobre independência que ganhou destaque na América hispânica. As elites brasileiras (como os crioulos da América hispânica) relutaram em ver as divisões internas do país nesses termos, mas o Pará era diferente e praticamente desconhecido das elites brasileiras do sul. Os portugueses tinham uma presença mais marcante no Norte e atribuíam uma grande importância geopolítica nas fronteiras com a Amazônia ao oeste e ao norte no império atlântico. Essa separação entre o norte e o sul do Brasil permitiu o surgimento de mal-entendidos. Ao ouvir falar da revolta, o jornalista liberal e constitucionalista Evaristo da Veiga escreveu sobre os cabanos em seu periódico *Aurora Fluminense* utilizando-se de termos desdenhosos como *gentalha*, *crápula* e *massas brutas*.¹⁷ Ele também afirmou que o Pará se parecia mais com a América hispânica do que com o Brasil por causa de sua quantidade de indígenas. Embora nenhuma outra publicação confirmasse essa opinião, é provável que ela representasse a visão geral do governo imperial sobre os rebeldes da Cabanagem. Ao retratar os líderes e seus seguidores como parte de uma massa bruta qualquer possibilidade

¹⁶ Sweet (1974); Baena (1969); Souza (1873). Este esforço enquadra-se nos apelos dos estudos andinos para alargar os curtos prazos de algumas análises históricas, a fim de reconhecer a profundidade das histórias orais locais; ver, por exemplo, Stern (1987).

¹⁷ Bethell; Carvalho (1989).

A Cabanagem: A “guerra de castas” amazônica e algumas perspectivas comparativas (1820 – 1835)

de negociação se encerrava.¹⁸

As sementes para aquilo que um comentador chama de *guerra geral* contra os rebeldes foram plantadas na segunda metade da década de 1830 (LIMA, 2008) pelo presidente do Pará, Manoel Rodrigues, nomeado pelo governo imperial, e pelo comandante da marinha britânica, João Taylor,¹⁹ contratado como um mercenário para reprimir a rebelião. Os dois pararam seus navios na baía de Guajará, virados para Belém, que estava sob o controle dos cabanos. Então, eles começaram a construir uma visão altamente negativa dos cabanos como inimigos dos *homens de bem* e que não eram civilizados. Esse discurso de convencimento se apoiava na ideia de que a rebelião era completamente descabida e que merecia medidas drásticas para ser contida.

Em meados de maio, Andrea retomou Belém após árdua luta.²⁰ Sua primeira medida foi a suspensão dos direitos constitucionais individuais. De fato, se dizia que nos seis meses anteriores (ou seja, mais ou menos desde que Angelim se tornou presidente), a constituição não estava sendo cumprida no Pará e essa medida era apenas a continuação de um estado de exceção (e de inconstitucionalidade), justificada pela necessidade de pôr fim à rebelião. Para Andrea, essa suspensão significava que as garantias de direitos individuais, como julgamentos, não poderiam ser reclamadas e as pessoas poderiam ser presas por suspeita de apoio aos rebeldes e mantidas na prisão por prazo indeterminado. Esses poderes de exceção eram garantidos a ele pelo governo regencial do Rio de Janeiro, embora não estivessem explicitamente estabelecidos na sua carta de nomeação. Havia algum debate entre os liberais em Belém, e no Rio de Janeiro, sobre esse assunto e críticas às ações extremadas tomadas por Andrea. No começo de 1838, quase dois anos depois, Andrea justificou a continuidade da falta de direitos constitucionais, pois “O estado da Guerra tem autorizado a atacar o inimigo por todos os lados até aniquilhar-lhe a fôrça, e para isto ter efeito foi preciso prescindir das formalidades com que a lei escuda criminosos”.²¹

Aqui, a caracterização da Cabanagem não era mais a de uma rebelião, mas de uma guerra; as exigências, políticas estavam eliminadas. Em seus três anos como presidente do Pará (1836-1839), Andrea teve êxito em deslegitimar a rebelião, de modo que ela perdesse o apoio popular, e se transformasse em um assunto de ódio racial.

Quanto ao recrutamento, convem saber-se que esta Provincia não dever ter soldados filhos d’ella, que o melhor partido seguir-se he troca-los constantemente por outros das provincias do sul. Todos os homens de côr nascidos aqui estão ligados em pacto secreto a darem cabo de tudo quanto fôr branco. Não hé uma história, he facto verdadeiro, e a experiencia o tem mostrado.²²

¹⁸ Ver AHI Lata 875, Maço 01, Pasta 02, *Offícios do Chefe de Divisão João Taylor a partir de Agosto de 1835 até o Offício de 20 de Janeiro de 1836*. No. 1, Offício de 13 de junho de 1835.

¹⁹ Taylor também comentou em Agosto de 1835, quando Belém foi tomada pelos insurgentes, que estes tinham “declarado guerra a pessoas que não eram da sua raça”, ver Harris (2018).

²⁰ Andréa (1977). Ver também “Cartas Imperiais nomeando Francisco Andréa para o presidente do Pará e exonerando,” Coleção Manoel Barata, BIHGB Lata 279, pasta 15.

²¹ Ver Lima (2008); e Raiol (1970).

²² Francisco José Soares d’Andréa, Belém, 18 de dezembro de 1837, citado em Hurley (1936). Ver também Mattos (1979 [1845]).

A Cabanagem: A “guerra de castas” amazônica e algumas perspectivas comparativas (1820 – 1835)

Fosse essa manifestação parte de uma campanha minuciosamente orquestrada em apoio a Andrea ou um artigo de alguém que apenas partilhava suas ideias, seu efeito era o mesmo. Ela “naturalizava” o conflito, tornando a participação das pessoas uma questão de nascimento. Esse processo de despolitização ajudou a repressão pois demarcava lados de maneira clara. Os rebeldes poderiam ser identificados não por sua participação ou visões políticas, mas simplesmente pela cor de suas peles – e sua residência em áreas rurais. Da mesma forma, “branco” ou “português” ou *bicudo* eram também sinônimo de donos de escravos, ricos, e assim por diante, misturando raça com classe. Dada a complexa e variável natureza da percepção das características raciais, o termo *homens de cor* não deve ser tomado aqui como uma referência literal à cor da pele, mas a um conjunto de características, incluindo ancestralidade, aparência, percepções populares, maneira de se vestir, e lugar de residência (a língua não era um diferenciador na época, ao contrário dos Andes). O termo gente de cor poderia ter incluído todos os não-brancos. O novo foco, colocado sobre as características observáveis, representava uma mudança para uma forma de racismo que juntava os atributos físicos com raça, residência e ocupação. Essas formas de discriminação estavam de acordo com a pacificação extraoficial da região. Áreas suspeitas de abrigar rebeldes, em especial pequenas aldeias, foram atacadas. Se pessoas de cor vivessem lá, elas eram “naturalmente” contra o governo imperial e por isso deveriam ser presas ou exterminadas.

A Cabanagem foi a única revolta brasileira na qual as elites imperiais utilizaram a ideologia das castas ou da guerra de raças (LIMA, 2008). A expressão guerra de castas vem diretamente do contexto mais amplo da América Latina. A mudança drástica de rumos foi o resultado complexo da justificativa utilizada para a repressão e da mobilização das massas pelas elites radicais através de meios violentos. Muito embora os pronunciamentos escritos dos rebeldes não contenham qualquer evidência de que eles se viam lutando contra os brancos enquanto uma categoria única. O ódio racial não era uma força importante para mobilização; e a lusofobia nunca foi descrita dessa maneira. De maneira similar, Rugeley (1997), argumentou que a guerra de castas na península do Yucatan não era resultado de um longo período de antagonismo racial. No período que antecedeu à guerra, a violência política mais evidente era a levante municipal. Estes eram eventos complexos, que revelavam “lutas internas às novas municipalidades do México independente, incontestavelmente multiétnicas”. Entender essas revoltas como uma preparação para uma guerra de castas é ilusório. Então, qual era a conexão entre a violência e a guerra de castas? Como no Pará, vários motivos estavam em jogo, incluindo a alienação da terra, grilagem, trabalhos forçados, cobrança de impostos, e mudanças nas relações clientelistas.

CONCLUSÃO

No final do século dezoito e começo do dezenove, os indígenas do Baixo Amazonas (nos dois lados da fronteira colonial e imperial) vivenciaram experiências semelhantes às de outros indígenas do restante do

A Cabanagem:

A “guerra de castas” amazônica e algumas perspectivas comparativas (1820 – 1835)

continente. Essas trajetórias paralelas em relação à independência estão ligadas a vários aspectos de seu ajustamento e adaptação, ao controle colonial. A administração e o status legal independente e as obrigações com o estado (até 1799 na Amazônia brasileira e até a era de independência na América hispânica) eram características partilhadas nas regiões sul-americanas. Revoltas indígenas, em alianças com mestiços, aconteceram em todas as regiões no final do período colonial. Isso foi uma característica importante e geral das grandes rebeliões andinas da década de 1780. Na Amazônia, os Munduruku, Mawé e Mura atacaram as pessoas e a infraestrutura coloniais ao longo do século dezoito e uma insurreição indígena geral era esperada e temida a qualquer momento (DANIEL, 2003). Esses ataques de surpresa, até onde sabemos, eram feitos sem o apoio daqueles inseridos na esfera colonial. Pela independência, as mesmas alianças coloniais entre pobres indígenas e mestiços foram mobilizadas pelas elites brasileiras contra os portugueses. E, apesar de terem lutado pela independência e pela pátria, na Cabanagem essa pobre *gente de cor* se tornou política e economicamente invisível no nível nacional, ou, nas palavras de um comentador, nem brasileiros nem cidadãos (SPOSITO, 2012).

Com a independência, e os ajustamentos contínuos a demandas políticas e econômicas, as experiências antes comparáveis da Amazônia e dos Andes começaram a divergir. Embora os indígenas partilhassem uma característica global – a determinação das elites em incorporá-los e ainda assim negar-lhes a igualdade em sua caminhada rumo à modernidade: o dilema era como integrar sem dar igualdade verdadeira para ribeirinhos e indígenas, mantendo-os marginalizados.²³ Na Amazônia brasileira, os indígenas do outro lado da fronteira colonial eram uma entidade legal diferente (*órfão*, ou tutelados pelo estado), e eram mantidos separados do desenvolvimento nacional. Após a Cabanagem, povos indígenas como os Munduruku foram enquadrados na categoria 'índios bravos'. Esse rótulo os distinguia dos 'índios mansos'.

Por outro lado, no sul dos Andes, indígenas continuaram a agir coletivamente e não eram divididos entre aqueles que haviam sido colonizados e aqueles que o estado considerava que ainda precisavam ser colonizados. Havia outro tipo de distinção, entre os selvagens [*salvajes*] das terras baixas e os indígenas das terras altas. A situação mexicana também era diferente: sociedades indígenas foram incorporadas às sociedades camponesas, embora tenham permanecido como uma força étnica distinta e capaz de continuar a fazer sua presença ser sentida na construção da nação ao longo do século dezanove e surpreendentemente no começo do século vinte. Esses três resultados diferentes podem estar relacionados à maneira pela qual as elites mobilizaram os indígenas durante o período de independência, ao significado político e econômico do território, e ao impacto das reformas liberais. Em cada caso, encontramos, do ponto de vista dos indígenas, a solidificação e a retração das fronteiras étnicas e do território. No começo do século vinte, a Amazônia foi descrita como uma 'terra sem história' por um dos principais escritores brasileiros, Euclides da Cunha. Ele estava se referindo ao poder dos rios e florestas da Amazonia, que tinha a capacidade de destruir o passado tão rapidamente quanto ele fazia o presente. Contudo, Euclides da Cunha estava sugerindo também que a

²³ Ver Larson (2004) para os Andes.

A Cabanagem:

A “guerra de castas” amazônica e algumas perspectivas comparativas (1820 – 1835)

Amazônia não tinha uma história da qual valeria a pena falar e que estava pronta para a colonização e o desenvolvimento. Neste artigo eu mostrei que a região tem sua história – várias histórias – embora possa não ter sido a história que os políticos e historiadores nacionalistas aprovavam ou queriam contar. E os indígenas, junto com outros povos, participaram dela. Mas sua participação na formação da Amazônia brasileira foi invisibilizada pela forma como a Cabanagem foi reprimida. A marginalização seguiu com as reformas do despertar da rebelião.

A consequência para a historiografia tem sido ignorar todos os aspectos da rebelião, o seja, suas características não liberais e não-urbanas, que se juntaram a outros casos semelhantes no continente americano. Assim, a Amazônia passou a ser representada como um caso à parte. Ela tem sido vista como um caso de resistência à colonização e – poderíamos dizer – de resistência à comparação. Eu espero ter mostrado que as origens dessa perspectiva podem ser encontradas na Cabanagem e no período que a antecede. É hora de entendermos a rebelião em um contexto regional. Esse exercício trará críticas à história e à antropologia da Amazônia brasileira, ajudando a evidenciar suas semelhanças e suas diferenças em relação aos casos vizinhos.

REFERÊNCIAS

- ABERCROMBIE, T. Pathways of memory and power: ethnography and history among an Andean people. Madison, Wis.: University of Wisconsin Press, 1998.
- ALVES FILHO, Ivan (org). Brasil: 500 Anos em Documentos. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 1999.
- ANDRÉA, J. O Marechal Andreia Nos Relevos da História do Brasil. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1977.
- ASSUNÇÃO, M. R. ‘Élite Politics and Popular Rebellion in the Construction of Post-Colonial Order: The Case of Maranhão, Brazil, 1820-1841. Journal of Latin American Studies, vol. 31, 1, p. 1-38, 1999.
- BAENA, A. Compêndio das Eras do Pará. Belém: Universidade Federal do Pará, 1969.
- BARRIGA, Letícia. P. Entre Leis e Baionetas: Independência e Cabanagem no Médio Amazonas (1808-1840). Dissertação de Mestrado, Belém, UFPa, 2014.
- BETHELL, L.; CARVALHO, J. M. de. ‘1822–1850’. In: BETHELL, L. (org.). Brazil: Empire and Republic, 1822–1930. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.
- CONSELHO DO ALTER DO CHÃO A GOVERNO GERAL DO PARÁ, 5 de julho de 1824, Alter do Chão, APEP cod. 789, doc. 2.
- COSTA, E. V. da. The Brazilian Empire: Myths and Histories. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2000.
- CUNHA, M. C. da. “Legislação indigenista no século XIX”. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). História dos Índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- DANIEL, J. O Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas. 2 vols. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2003.

A Cabanagem:

A “guerra de castas” amazônica e algumas perspectivas comparativas (1820 – 1835)

- FAUSTO, B. História Concisa do Brasil. São Paulo: EDUSP, 2001.
- GRUZINSKI, S. and WACHTEL, N. Cultural Interbreedings: Constituting the Majority as a Minority. *Comparative Studies in Society and History*, 39 (2), p. 231-250, 1997.
- HANDELMANN, H. História do Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1931 [1860].
- HARRIS, M. Rebelião na Amazônia: Cabanagem, Raça e Cultura Popular no Norte do Brasil, 1798- 1840. Tradução de Gabriel Cambraia Neiva e Lisa Katharina Grund. Campinas; Editora da Unicamp, 2018.
- HECKENBERGER, M. The Ecology of Power: Culture, Place, and Personhood in the Southern Amazon, A.D. 1000-2000. New York: Routledge, 2008.
- HURLEY, J. Traços Cabanos. Belém; Oficina Gráfica do Instituto Lauro Sodré, 1936.
- JANCSÓ, I. (org.), Independência História e Historiografia. São Paulo: Hucitec, 2005.
- JANCSÓ, I. (org.) Brasil: Formação do Estado e de Nação. São Paulo: Hucitec, 2003.
- KATZ, F. Riot, Rebellion and Revolution: Rural Social Conflict in Mexico. Princeton: Princeton University Press, 1989.
- KERNAN, S. The Cabanagem and postcolonial nation-building in the Brazilian Amazon, 1830-1860. Doutorado at University of Florida, 2013.
- KRAAY, H. “As Terrifying as Unexpected”: The Bahian Sabinada, 1837-1838, *The Hispanic American Historical Review*, 72, 4, p. 501-28, 1992.
- LARSON, B. *Trials of Nation Making: Liberalism, Race, and Ethnicity in the Andes, 1810-1910*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- LIMA, L. M. de. Rios Vermelhos, Perspectivas e Posições de Sujeito em Torno da Noção de Cabano na Amazônia em Meados de 1835. Dissertação de Mestrado, USP, São Paulo, 2008.
- MATTOS, J. H.de. Relatório do Estado da Decadência em que se Acha o Alto Amazonas, *RIHGB*, 325, p. 143-180, 1979 [1845].
- MENENDEZ, M. “A Área Madeira-Tapajós: Situação de Contato e Relações entre o Colonizador e Indígena.” In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). História dos Índios do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- MOSHER, J. Political Mobilization, Party Ideology, and Lusophobia in Nineteenth-Century Brazil: Pernambuco, 1822-1850. *Hispanic American Historical Review*, 80, p. 881-912, 2000.
- NUGENT, S. Amazonian Caboclo Society: An Essay in Peasant Economy and Invisibility. Berg: Oxford, 1993.
- PRADO, Caio. Evolução Política do Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense, 1976.
- RAIOL, Domingos A. Motins Políticos ou História dos Principais Acontecimentos Políticos da Província do Pará, desde o ano de 1821 até 1835. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970.
- RICCI, M. Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre

A Cabanagem:

A “guerra de castas” amazônica e algumas perspectivas comparativas (1820 – 1835)

1835 e 1840, Revista Tempo, vol. 22, 2006.

ROLLER, H. *Amazonian Routes: Indigenous Mobility and Colonial Communities in Northern Brazil*. Stanford: Stanford University Press, 2014.

RUGELEY, T. *Rural Political Violence and the Origins of the Caste War*”, *The Americas*, 53 (4), p. 469-496, 1997.

SOMMER, B. *Negotiated Settlements: Native Amazonians and Portuguese Policy in Pará, Brazil, 1758-1798*, Doutorado, University of New Mexico, 2000.

SOUZA, F. B. de. *Lembranças e Curiosidades do Valle do Amazonas*. Belém: Typographia do Futuro, 1873.

SPOSITO, F. *Nem cidadãos, nem Brasileiros. Indígenas na formação do Estado nacional brasileiro e conflitos na província de São Paulo (1822-1845)*. São Paulo: Editora Casa Alameda, 2012.

STERN, S.(org.). *Resistance, Rebellion and Consciousness in the Andean Peasant World, 18th to 20th Centuries*. Madison: University of Wisconsin Press, 1987.

SWEET, D. *A Rich Realm of Nature Destroyed: The Middle Amazon Valley, 1640–1750*, Doutorado, University of Wisconsin, 1974.